CAMINHOS NO PENSAR E NO FAZER URBANISMO E ARQUITETURA: TEORIAS E PRÁTICAS

Maria Carolina Antunes Coelho[1]

João Pedro Coelho Martins[2]

Marluce Wall[3]

INTRODUÇÃO

Este trabalho deriva da pesquisa "O PENSAR, O NARRAR E O FAZER URBANO: urbanismo e pensamento decolonial, inquietações e possibilidades"[4] que se coloca na perspectiva da construção de um corpo teórico metodológico no campo da arquitetura e do urbanismo tendo no centro da sua preocupação compreender o argumento decolonial defendido pelo Grupo Modernidade/Colonialidade[5]. Apresenta, uma reflexão sobre a produção teórica de Milton Santos e, a seguir, uma discussão sobre arquitetura e decolonialidade

A reflexão sobre os trabalhos de Milton Santos tem como ponto de partida a compreensão de que a partir de sua visão do Sul Global, Milton Santos constitui uma base sólida de uma teoria do urbano verdadeiramente brasileira e que, essa perspectiva contribui para a construção de uma teoria do pensar e fazer o urbano que se aproxima da perspetiva decolonial.

A investigação sobre arquitetura e decolonialidade constitui uma tentativa de compreender a influência da teoria decolonial na produção da arquitetura contemporânea.

Ana Paula Baltazar (2020, p.121) trata deste tema como o que poderíamos chamar de um círculo desafiador: "não existe arquitetura decolonial porque não existe ensino de arquitetura decolonial porque não existe arquitetura decolonial" e argumenta que o fundamento da colonialidade na arquitetura se encontra no projeto do arquiteto que dirige o processo de construção. Prática colonizadora, na medida em que a imposição do projeto do arquiteto sobre os operários e os usuários não deixa margem para uma interferência destes no produto. Desta maneira, desde o renascimento italiano este fundamento vem sendo reproduzido no ensino e na prática profissional. No entanto, afirma a autora, "em vez de aceitar a representação como paradigma inquestionável, é possível pensar na antropofagia oferecendo uma perspectiva crítica para o modo de produção do espaço e no giro decolonial informando a crítica do processo de socialização dos futuros arquitetos" (Baltazar, 2021, p.124).

Antropofagia como queria Oswald de Andrade (1972) no Manifesto Antropófago de 1928. Os intelectuais, abraçando a modernidade e questionando a dependência cultural brasileira, propõem a canibalização da cultura estrangeira. em um ritual em que humanos comem outros para incorporar suas características.

METODOLOGIA

Com o objetivo de abordar o pensamento miltoniano e aproximá-lo da perspectiva decolonial, a pesquisa adotou uma abordagem teórico-metodológica integrando revisão bibliográfica, análise crítica e interpretação de conceitos fundamentais.

1 Discente de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão. Bolsista PIBIC/UEMA
2 Discente de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão. Bolsista PIBIC/FAPEMA
3 Professora Associada II do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão.
4 Projeto de Pesquisa aprovado no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/FAPEMA/UEMA cotas
5 O Grupo Modernidade/Colonialidade formado por intelectuais latino-americanos constrói sua teoria sobre o tripé colonialidade do poder, colonialidade do saber e colonialidade do ser, que constitui uma forma de denunciar e atualizar a continuidade histórica da colonização e do imperialismo até a atualidade (Escobar, 2020, p.52)

Em relação à investigação sobre arquitetura e decolonialidade o ponto de partida foi a pesquisa realizada no ciclo anterior de PIBIC[6]. Nessa ocasião foi possível observar o crescente movimento em direção não apenas a uma arquitetura produzida em uma perspectiva mais próxima do pensamento decolonial, como também o estudo dessas experiências.

Adotou-se o trabalho "Corpo, Matéria e Paisagem: atuação dos coletivos de arquitetura na América Latina" de Flávia Burcatovsky e Ivo Renato Giroto (2022), ou melhor, as categorias Corpo, Matéria e Paisagem como colocadas pelos autores, como critérios para avaliar a produção arquitetônica contemporânea: o corpo (seja individual ou coletivo) como um ente político permeado de saberes e experiências ancestrais, a matéria como a manifestação física da história e cultura através de técnicas e materiais construtivos, e a paisagem como um elemento que constrói formas de representação, identidades e modos de perceber o espaço, seja paisagem natural ou cultural (Burcatovsky; Giroto, 2022). Para eles, a boa prática (e o bom projeto de arquitetura) se organiza em torno desses critérios de forma positiva, com respeito.

A busca por projetos, escritórios e coletivos utilizou a plataforma Archdaily (2024) escolhida em razão do seu grande número de acessos e o vasto acervo de projetos e artigos voltados para a divulgação de arquitetura global. Dado o grande número de publicações feitas diariamente no sítio eletrônico, a pesquisa se restringiu aos projetos elaborados no ano de 2024 (por se tratar dos exemplos mais recentes que constam na plataforma). Incluiu-se a análise dos trabalhos de grupos locais: o Escritório Porta e Janela e o Coletivo Nós Assessoria Técnica.

DISCUTINDO AS PRODUÇÕES MILTONIANAS [7]

Nesta primeira parte refletimos sobre o pensamento de Milton Santos, apresentando a seguir, algumas das análises[8] que foram feitas na pesquisa realizada.

Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal (2000)

Miton Santos divide a globalização em três: a globalização como fábula, a globalização como perversidade e a globalização como possibilidade, fazendo de forma muito característica, a crítica do sistema mundial e ao mesmo tempo apresentando a perspectiva de superação.

Globalização como fábula

O mundo como nos fazem ver é um mercado global avassalador que promete a criação de uma aldeia global uniforme. Com as tecnologias informativas, a sensação de proximidade dos espaços e de unidade do tempo se torna cada vez mais forte, as informações e ideologias hegemônicas se estendem de maneira mais rápida e abrangente. Cria-se, então, uma máquina ideológica capaz de sustentar mitos globalizantes, a promessa de um mundo homogêneo, democrático em acesso a informações, de "poucas distâncias", possibilitado por um mercado global, um motor único.

Contudo, essa condição de globalidade, representada pelas grandes empresas multinacionais, é a responsável pela agravação da pobreza, pela divisão desigual do espaço, pelo culto ao consumo e pela confusão dos espíritos, que, como diz Milton Santos (2000, p.23), "impede o nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós mesmos." Nesse mesmo movimento, fala-se (advoga-se por) a morte do Estado, mas o que realmente acontece é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais (Santos, 2000, p. 9-10). Entendendo-se a fábula, a globalização

6 Nesse ciclo foi feita uma revisão sistemática dos anais de encontros das associações de pós-graduação em planejamento urbano (ANPUR) os Anais do ENANPUR e de arquitetura ANPARQ os anais do ENANPARQ e, revistas vinculadas a essas associações como a Revista Brasileira de Estudos Urbanos (RBEUR) e a Revista Thésis, além da Redobra, e outras.

7 Todos os textos que discutem a teoria de Milton Santos foram extraídos do Relatório de Iniciação Científica de Maria Carolina Antunes Coelho -bolsista PIBIC/UEMA

8 Para esse trabalho foram lidas muitas obras de Milton Santos tendo sido escolhidas as que nos pareceram mais adequada para a discussão apresentada nesse artigo.

se torna perversidade, exercida por uma dupla tirania, a do dinheiro e a da informação, violências centrais e alicerces dessa perversidade sistêmica.

Globalização como Perversidade

A perversidade se revela na dupla tirania do dinheiro e da informação. Além das notícias já virem maquiadas por interesses e preconceitos enraizados, o sistema informacional é regido pelas publicidades, pelo convencer, reforçando a máquina ideológica e as fábulas que regem o cenário de mundialização. Essas ideologias, portanto, governam o mundo e em conjunto com o mercado dito global, constroem um totalitarismo moderno, ou, neologismo do autor, globalitarismo. Nessa condição globalitária, instalam-se a competitividade em detrimento da solidariedade, o consumismo, a incapacidade de se compreender o próprio mundo, a fragilização do pensamento crítico e a morte da política.

Desse modo, os países subdesenvolvidos, no decorrer do século, vivenciaram três tipos de pobreza, e paralelamente três tipos de dívidas sociais: 1) a pobreza "incluída", uma pobreza residual ou sazonal, a qual seria advinda de uma desadaptação e seria resolvida por intermédios privados e assistencialistas; 2) a marginalidade, que resulta da classificação dos indivíduos pela capacidade de consumir, tornando a pobreza um incômodo do Estado, motivo pelo qual se admitiu a resolução desta por meios estatais. A marginalidade desagrada o Estado do Bem-estar social; 3) A pobreza estrutural, globalizada e produzida. Cientificamente produzida, tal qual as divisões de trabalho que disseminam essa dívida social, agora a nível globalizado e voluntário (Santos, 1998). Aumentam as taxas de desemprego e diminuem os salários por conta de uma lógica de mercado mundial voltada a interesses hegemônicos. A pobreza globalizada, constantemente vista como inevitável e irreparável, é produzida justamente pelos agentes que fingem tentar reparar a situação, como o Banco Mundial.

Essa lógica é exógena: um regime obediente a preocupações subordinadas a lógicas distantes, externas em relação à área da ação (Santos, 2000, p.45). Em contraponto: uma lógica endógena que surgiria das cidades. Para isso, no entanto, seria necessário a regressão às noções de nação, solidariedade e de Estado nacional refazendo a federação de baixo para cima.

A Globalização como possibilidade: caminhos para a "Outra globalização"

A esquizofrenia do espaço, ou seja, a capacidade que o espaço tem de crescer de maneira diversa e contraditória, seguindo ordens hegemônicas e criando contraordens, é um fenômeno do período globalizado. Em outras palavras, o espaço, ainda que globalizado, fabrica locais únicos pela sua historicização. Assim, o território tanto quanto o lugar é esquizofrênico, porque se de um lado, os dois acolhem os vetores da globalização que neles se instalam para impor sua nova ordem, de outro, neles se produz uma contraordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos e marginalizados (Santos, 2000, p. 56).

A promessa de que as técnicas contemporâneas, como estão sendo usadas, pudessem melhorar a vida de todos caiu por terra, já que a escassez também começou a atingir a classe média. Dessa maneira, a situação atual revela três tendências: a produção acelerada e artificial de necessidades, uma incorporação limitada de modos de vida e uma produção de carências (Santos, 2000, p.63). O mundo se desenvolve sob leis que não conseguem ser cumpridas. A experiência da escassez é a ponte entre o cotidiano vivido e o mundo e, por isso, constitui um instrumento primordial na percepção da situação de cada um e é uma possibilidade de conhecimento e de tomada de consciência (Santos, 2000, p.64).

A centralidade da periferia na reversão do quadro hegemônico se dá pelo fato de que "gente junta cria cultura" e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada. (Santos, 2001, p.70), uma cultura capaz de ultrapassar a cultura de massas que, já vinda de cima, nasce morta. Sendo superado o dinheiro em estado puro como centro do mundo, sendo superada a regra da competitividade nas relações e sendo adotada uma nova relação com as técnicas e a filosofia de um mundo para a humanidade, a globalização perversa não é irreversível. Se transforma na globalização das possibilidades.

Pensando o espaço do homem (1982)

A produção do espaço, da paisagem e do local é influenciada pelas relações de mercado mundial após a mundialização da economia. Essa definição do espaço que atualmente se constitui de um meio técnico-científico afeta também o homem. Milton Santos reflete sobre um espaço que seja de fato para o homem. Utiliza um repertório marxista, como a fetichização do consumo e se alimenta de vários outros autores europeus. Nessa atitude antropofágica, critica as práticas hegemônicas dentro de uma perspectiva dos países subdesenvolvidos.

O espaço que une e separa

Ao iniciar com a máxima: "o espaço é a acumulação desigual de tempos", prefere admitir que a atualidade do espaço se compõe de momentos do passado que, se está morto como tempo, não está morto como espaço (Santos, 2009, p.14). Portanto, não se analisa somente o presente, mas também o passado, como relação de causa e efeito.

Nesse período "técnico-científico", a técnica constitui, como nunca, um grande intermediador da relação do homem com o mundo. Vê -se a afirmação da influência global dessas técnicas através das empresas transnacionais, principais impositoras da mundialização da economia. Essas corporações respondem a um duplo objetivo: utilizar a mão de obra barata dos países subdesenvolvidos para produzir a baixo custo produtos de exportação e elevar as taxas de lucros (Santos, 2009, p.16). Dessa forma, o Estado se torna internacionalizado, através das atividades terciárias onde se percebe um parasitismo de "cima para baixo", de grandes monopólios para pequenas firmas, de grandes nações para as pequenas.

Com isso, os danos aos países subdesenvolvidos são em diversas camadas: produção sem relação com as necessidades locais, relação de importação e exportação nocivas à economia nacional, endividamento crescente do Estado, agravamento do desemprego, pobreza e poucas condições do habitar, da educação e da saúde.

A universalização "agrava as disparidades tecnológicas e organizacionais entre lugares e acelera o processo de concentração econômica e geográfica" (Santos, 2009, p.23). Como resultado, a alienação do espaço. A cidade se torna estranha a ela mesma, já que não mais se produz para servir as próprias demandas, alienando além do espaço, o próprio homem, que alheio às necessidades e à produção de sua própria região, passa a se ver como mero valor de troca no mercado tornando-se, o espaço e o homem, mercadorias.

Ao mesmo tempo, a vegetação local alimenta as máquinas e gera energia para as cidades. O que era alimento para os viventes, para nossas vidas, agora é alimento para as grandes cidades. Trata-se do colonialismo em sua essência (Santos, 2023, p. 64).

Dessa forma é possível concluir que o espaço não é apenas um lugar físico, mas carrega um significado funcional dentro do sistema capitalista. Quanto à arquitetura, entende-se que ela também se adaptou ao mundo dos negócios, onde "a glorificação do repetitivo, do feio, a serviço de uma reprodução mais rápida do capital" (Santos, 2009, p. 36).

Nesse contexto, o espaço se torna um campo onde a relação entre indivíduos e objetos é mediada por essa lógica de valor e produção, refletindo a desumanização das pessoas no sistema econômico. "O espaço que, para o processo produtivo, une os homens, é o espaço que, por esse mesmo motivo, os separa" (Santos, 2009, p. 33).

DECOLONIZANDO A ARQUITETURA [9]

Nessa segunda parte, vamos apresentar a discussão sobre arquitetura e decolonialidade. Baltazar (2020) pontua que a arquitetura, na forma pela qual ela se apresenta atualmente, tem sua origem no período do Renascimento. Segundo a autora, é ali que o projeto e o planejamento dos espaços começaram a se afastar cada vez mais do canteiro de obras, estabelecendo-se duas fases no processo de construção: o desenho (função do arquiteto) e a construção (função dos

9 Os textos sobre arquitetura e decolonialidade foram extraídos do Relatório Final de Iniciação Cientifica de João Pedro Coelho Martins, bolsista PIBIC/FAPEMA

operários), as quais passaram a ocorrer sequencialmente e não mais de forma simultânea.

Baltazar (2020, p. 122), usa o conceito de *modo architectorum* para se referir ao paradigma da representação (desenho) como sendo o modo "correto" de projetar. Modo que foi convencionado e difundido no mundo ocidental. Com isso, a prática arquitetônica na e da Modernidade representa mais que uma lembrança da herança europeia. Representa uma herança da colonização que é renovada na manutenção do próprio *modo architectorum*, determinando formas de projetar, construir, ocupar e habitar para os povos do Sul global.

Nessa conjuntura, a lógica capitalista de produção manufatureira moldou a maneira de conceber objetos arquitetônicos, a arquitetura correspondendo a mais uma manifestação da produção humana transformada em mercadoria em meio ao sistema de produção moderno, valorizando sobretudo o acúmulo de capital (Ferro, 2006). O desenho, em arquitetura, permitiu transformar o projeto na forma mercantil do espaço concebido, através do qual é possível fazer da edificação um item de compra e venda no mercado (Ferro, 2006).

O processo construtivo é reduzido a uma cadeia produtiva para a extração de mais-valia a partir da força de trabalho, na qual o trabalho puramente intelectual do arquiteto (uma vez separado do trabalho braçal) age para a limitação da participação ativa dos operários do canteiro de obras no processo projetual. O canteiro de obras é ordenado de modo que os operários não possuam conhecimento do conjunto completo da obra, realizando suas funções específicas de modo isolado. Assim, seus trabalhos necessitam constantemente de alguém que os coordene e oriente, momento em que o arquiteto assume uma postura de autoridade perante os demais, afinal, as relações de trabalho se dão em meio a hierarquias que dão maior controle sobre o processo produtivo àqueles que detém maiores informações sobre o projeto como um todo. Nesse processo os operários são setorizados e isolados de acordo com suas atribuições (marceneiros, encanadores, pedreiros, serventes, pintores etc.), criando uma divisão do trabalho contraditória, pois não permite simultaneidades ou continuidades na dinâmica laboral de um contexto produtivo que é essencialmente coletivo (Ferro, 2006).

Uma proposta decolonial de atuação para a arquitetura pressupõe estar alerta aos princípios coloniais que permeiam o exercício da arquitetura e geram formas diversas de violência, numa tentativa de redesenhar a atuação do arquiteto para inseri-la mais profundamente em debates de cunho social, político e ético, refletindo sobre o seu papel social (Burcatovsky; Giroto, 2022). Dessa forma, se contribui para o fortalecimento de formas diversas de fazer arquitetura através da valorização de ações colaborativas e saberes ancestrais. Por isso os autores trabalham com as categorias de corpo, matéria e paisagem.

O respeito ao corpo é compreender que tanto os operários no canteiro quanto os usuários do espaço a ser construído carregam consigo memórias e experiências que formam saberes e tradição. Essa abordagem é fundamental para transformar o processo estático, individual e apolítico da arquitetura em uma atuação pautada na participação e colaboratividade, entendendo esses indivíduos como um corpo político e social.

Não se trata, porém, da inserção de usuários e operários no modelo convencional de projetar/construir, mas sim de elaborar metodologias de projeto que aproximem a teoria e a prática, ampliando as possibilidades de criar soluções arquitetônicas a partir da união entre saber técnico e saber prático. Trata-se de priorizar conhecimentos construtivos próprios das comunidades para as quais se constrói, e reconhecer a importância de dar continuidade ao uso de técnicas e materiais construtivos característicos de cada cultura e tradição, Burcatovsky e Giroto (2022, p. 905) abordam o conceito de "recursos obscuros". Recursos que representam um resgate dos hábitos historicamente invisibilizados pela Modernidade, uma vez que o conhecimento europeu foi elevado ao grau máximo de superioridade perante os demais, mediante narrativas que o firmaram no imaginário das pessoas como o único verdadeiro e admissível (Mignolo, 2017).

Por outro lado, a forma como uma sociedade se relaciona com o seu entorno, seja ele natural ou construído, impacta no modo como ele se apresenta, refletindo as práticas ambientais e históricas de um povo. Na Modernidade as maneiras de ocupação do território mantêm

uma relação predatória e exploratória com o meio natural, demonstrando a mentalidade eurocentrada de que a função da natureza seria prover as atividades humanas de recursos para o seu funcionamento (Mignolo, 2017), percepção que ganhou forças especialmente a partir da Revolução Industrial (século VXIII), momento em que o controle sobre a natureza aumentou intensamente. Tal entendimento parte da concepção ocidental de que Natureza (meio natural) e Cultura (produção humana) configuram dois elementos distintos sem nenhum nexo entre si, mantendo uma relação de oposição. No entanto, outros povos não partilham dessa mesma visão pautada na dualidade Natureza/Cultura, suas arquiteturas mantêm um diálogo com o entorno que mescla elementos naturais e culturais, numa relação de proximidade que constrói identidades, formas de representação e de percepção do espaço (Burcatovsky; Giroto, 2022). Assim, as diferentes formas de construir e de habitar na paisagem são capazes de transformar significados e práticas culturais, além de criar e recriar paisagens que portam noções ancestrais.

No entanto, apesar do teor colonial, a arquitetura moderna do *modo architectorum* não representa inteiramente princípios e metodologias a serem combatidos, mas sim, possibilidades de ação no campo profissional em meio a uma infinidade de outras possibilidades não modernas. Assim, os saberes teóricos e científicos não devem ser rejeitados, mas sim associados ao saber prático (ação como construtora de conhecimentos) numa ação que conjugue memória e cultura com o ato de projetar. Logo, o desenho arquitetônico passa por um desprendimento, servindo muito mais como ferramenta no decorrer de processos, não mais com separação entre meios e fins, mas sim voltado para promover autonomia através da relação pensamento-ação (Burcatovsky; Giroto, 2022). Nesse sentido, como aponta Baltazar (2020, p. 125) "em vez de um modelo de processo de projeto, em essência normativo e prescritivo, que leva a um produto impositivo acabado, podemos pensar na lógica do exemplo, que tem por pressupostos a experiência, a sensibilidade, a capacidade inventiva.

A proposta defendida por Baltazar (2020) se aproxima da posição de Mignolo (2017) quanto ao movimento decolonial quando ele pontua que a universalidade sugere a unicidade, restringindo-se a difusão de apenas a uma única perspectiva (fator que fortaleceu a imposição do modelo europeu de sociedade nas antigas colônias). Oposto a isso, o movimento decolonial parte de uma premissa de pluriversalidade, se abrindo para a aceitação de outras percepções em uma existência conjunta que não almeja se sobrepor perante as demais perspectivas, mas sim ampliar o rol de possibilidades no mundo através da defesa da diversidade (Mignolo, 2017).

Projetos na perspectiva decolonial

A pesquisa no Archdaily (2025) encontrou 771 projetos entre janeiro de 2024 e janeiro de 2025. Destes, apenas 33 projetos abordavam novas práticas na arquitetura, mencionando a valorização da cultura local, do uso de linguagens estéticas locais, do resgate às heranças ancestrais e ao uso de materiais sustentáveis, aspectos colocados como peças-chave na elaboração dos projetos.

Apesar disso, a forma como esses aspectos eram priorizados varia bastante, pois, ainda que todos tenham um mínimo de criticidade quanto a prática arquitetônica, os projetos apresentaram diferentes níveis de desprendimento do *modo architectorum*, e de aproximação com os critérios adotados de corpo, matéria e paisagem, sem necessariamente se aprofundar em práticas ou metodologias contra hegemônicas. Vale lembrar que não existe uma maneira correta de desenvolver práticas decoloniais na arquitetura, afinal, o exercício da arquitetura deve ser mutável conforme cada contexto em que o arquiteto atua (para quem está projetando, elementos no entorno, disponibilidade de materiais, orçamento disponível entre outros. Apesar disso, é importante que o arquiteto esteja atento às reais possibilidades de inovar e romper com a rigidez da Modernidade, condição que não é comum a todos os projetos encontrados.

Outro dado importante é que dos 33 projetos encontrados, 15 se encontram em países da América Latina, 13 na Ásia (com concentração maior no sul e sudeste asiático), 3 na África

e apenas 2 na Europa. Apesar dessa amostragem ser limitada às publicações do Archdaily, não parece ser por acaso que países latinos e do sudeste asiático sejam predominantes, afinal, são países que foram colonizados por nações europeias (alguns até poucas décadas atrás) e que agora veem aflorar iniciativas em torno do resgate, valorização e reafirmação de conhecimentos invisibilizados historicamente.

No caso da América Latina, o movimento decolonial teve suas origens em meio a pensadores latinos, sendo lógico que as suas críticas à Modernidade tenham influenciado nas mais diversas áreas de conhecimento (inclusive a arquitetura). Além disso, os debates do Grupo Modernidade/Colonialidade se inspiraram em discussões vindas de estudiosos do sul asiático que também buscavam compreender o seu passado colonial a partir de um pensamento local (Ballestrin, 2013), sendo possível imaginar que a prática arquitetônica tenha sido influenciada. Destoando dos demais estão os dois projetos localizados na Europa, especificamente Espanha e Portugal, os quais foram alguns dos que pouco desenvolveram críticas voltadas à produção arquitetônica na Modernidade. Ao tratar de sustentabilidade na construção, os projetos se mantiveram presos a soluções que, apesar de serem inovadoras em certos aspectos, reproduzem padrões do modo architectorum, em nada abordando análises críticas sobre a colonialidade.

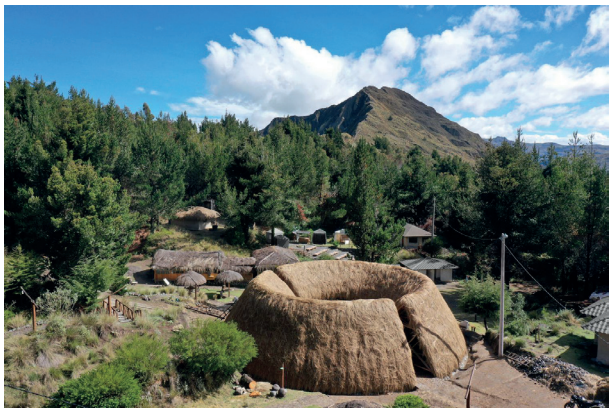
Dentre esses, o projeto do Centro de Artesanato da Comunidade Shalalá demonstra novas possibilidades de ação na arquitetura. Localizado na cidade de Zumbahua, no Equador, feito pelo escritório de arquitetura La Cabina de la Curiosidad, no Chaki Wasi, a compreensão das formas de cultivo e de relacionamento com o espaço foram o ponto de partida para os arquitetos, que buscaram construir um espaço que pudesse ser além de um ponto de compra e venda, um local de partilha de histórias, de cultura, tradição e língua. Foi construído com materiais disponíveis no local e técnicas construtivas próprias de comunidades andinas, materializando conhecimentos ancestrais do povo Shalalá. As principais estruturas da edificação são de madeira de eucaliptos disponíveis no entorno, recurso bastante abundante e de fácil transporte, mas introduzidas durante a colonização, não havendo um equilíbrio entre os eucaliptos e as espécies autóctones, essa escolha possibilitaria que, através do seu desmatamento, plantas nativas pudessem ser reflorestadas, recuperando a flora local (Regrowing, 2024).

Na cobertura foi utilizada a palha[10], nas fundações, pedras encontradas nos rios, as mesmas da pavimentação da praça central, as quais formam um símbolo característico de culturas andinas conhecido como *chakana*, que possui linhas voltadas para pontos específicos na paisagem, como o nascer ou o pôr do sol, o equinócio, o Cruzeiro do Sul, o norte, e assim por diante, desenho que orienta a comunidade quanto ao que deve ser feito (especialmente quanto ao que começar a cultivar), funcionando como um calendário que organiza relações complexas entre a comunidade, o espaço e o cosmos (Regrowing, 2024).

A comunidade se uniu com o propósito de edificar o projeto, se envolvendo com a coleta dos materiais na natureza ao redor, com a preparação do terreno e com a construção em si num esquema de *mingas*, revezamentos semanais de grupos de trabalho. A experiência permitiu que as pessoas tivessem voz ativa na determinação do construído, tomando posição de destaque num processo em que normalmente quem assumiria seriam os arquitetos. A comunidade se colocou no centro de todas as etapas, tomando parte de cada detalhe do projeto, uma experiência rica de troca de conhecimentos entre si, possibilitando que saberes ancestrais emergissem nos debates e que as novas gerações pudessem conhecer práticas ancestrais com seus pais e avós. Além disso, esses conhecimentos também foram compartilhados com as equipes técnicas reciprocamente, permitindo a criação de uma arquitetura que se projeta para o futuro através da continuidade de práticas do passado.

10 A palha originou o nome do centro comunitário, Chaki Wasi, que na língua kichwa significa "casa de palha feita do chão até o teto"

Figura 1 – Foto externa do centro de artesanato da comunidade Shalalá



Fonte: Archdaily (2024)

Figura 2 – Foto superior destacando a praça central com a *chakana*



Fonte: Archdaily (2024)

Coletivos de arquitetos

O coletivo Nós Assessoria Técnica e o escritório Porta e Janela tem seus trabalhos inspirados pelos debates em torno da assistência e assessoria técnica como formas de atuação profissional[11]. Suas metodologias de projeto partem de uma visão mais crítica acerca da prática arquitetônica, direcionada para a garantia do direito à moradia digna e de qualidade.

Os dois grupos focam na promoção da participação das pessoas como um princípio norteador, estabelecendo relações que aproximem os conhecimentos dos arquitetos (saber técnico) daqueles vindos das comunidades (saber popular). Em seus trabalhos são aplicadas dinâmicas diversas que se transformam, conforme apontado pelo Porta e Janela, para gerar mais interação e participação na medida em que é muito importante que as dinâmicas atentem a questões como o nível de organização da comunidade, de união entre eles, e mesmo as idades dos participantes, e, principalmente, o quão à vontade as pessoas estão com o processo.

Essas práticas em muito se assemelham ao uso de interfaces defendido por grupos que trabalham com assessoria técnica e que buscam, por meio delas, mediar processos (Kapp; Baltazar, 2021), permitindo que esses usuários alcancem maior autonomia na produção do espaço no seu cotidiano.

Desse modo, as formas de atuação profissional desenvolvidas pelo Coletivo Nós e

11 Defendem a utilização da lei 11.888/08, que assegura assistência técnica para o projeto e construção de habitação de interesse social de forma pública e gratuita para toda família de baixa renda, sendo conhecida como lei de ATHIS.

pelo Escritório Porta e Janela permitem desmistificar o processo projetual, suas experiências representando uma nova interpretação da função do arquiteto, que vai muito além de projetar e construir, com debates relevantes acerca dos modos diversos de viver e ocupar o território.

Nesse sentido, a assessoria feita pelo Nós no Quilombo Urbano da Liberdade em São Luís demonstra a possibilidade de promover autonomia em comunidades marginalizadas. O trabalho Fachadas do Quilombo, iniciou com um curso de pintura voltado para mulheres da comunidade realizado pelos coletivos Viva Quilombo e Ela Faz com o intuito de capacitá-las para o mercado de trabalho. A proposta foi realizar pinturas em algumas fachadas residenciais na comunidade. A distribuição de lápis de cor para o desenho das fachadas pelas moradoras/alunas permitiu que estas representassem graficamente como gostariam que as suas fachadas fossem pintadas. 12 fachadas foram requalificadas e 20 pintoras foram formadas no curso oferecido, fator que oportunizou a elas a possibilidade de intervir nas suas próprias casas (sem depender da contratação de terceiros para realizar pinturas) e de se inserirem no mercado de trabalho com autonomia total. Nem tudo foram flores, porém. A prefeitura não concordou em financiar o projeto mesmo ele se enquadrando na Lei ATHIS, obrigando o projeto a ser realizado com doações coletadas pelos coletivos envolvidos.

Ainda o trabalho desenvolvido pelo Coletivo Nós nas comunidades Jambuca, Batista e Rua das Garças demonstra o desprendimento de um modelo fechado e pouco maleável de atuação (como convencionado na modernidade) em favor de uma experimentação necessária. Realizado junto à AMOCAMPE (Associação de Moradores do Povoado Campo de Perizes) no âmbito do projeto Mangues que Alimentam Vidas, o objetivo consistia em buscar o reconhecimento do território dessas comunidades ribeirinhas localizadas no município de Bacabeira (MA), próximas à BR-135, em uma região de zona rural.

As comunidades apresentavam a demanda para elaboração de um diagnóstico acerca das práticas extrativistas desenvolvidas ali, para poder atender a um edital de financiamento no qual foram contempladas. Aqui também as interfaces foram de grande auxílio, pois permitiram que o desenho, que normalmente é instrumento de uso dos arquitetos, fosse utilizado como ferramenta de comunicação e expressão dos moradores.

Essa experiência lidou diretamente com a produção do espaço e a defesa da moradia, aproximando o corpo técnico da realidade vivida em uma iniciativa que vai de encontro à tendência histórica da modernidade de decidir (e impor essas decisões) sobre a ocupação e permanência humana no território.

A experiência do Escritório Porta e Janela com os moradores do Edifício Santa Luzia (ocorrida em 2024), localizado no bairro do São Francisco em São Luís (MA), permitiu aos arquitetos mergulhar em questões mais profundas acerca do impacto positivo que seu trabalho poderia gerar nos moradores. O Edifício Santa Luzia corresponde a uma edificação multifamiliar na qual conviviam na época 32 famílias, as quais moram nos apartamentos desde 2006 a partir de uma ocupação irregular. Enfrentando mandados de desocupação do prédio, policiais entrando nos apartamentos e colocando os móveis e pertences em caminhões baú sem que houvesse uma ordem ou aviso prévio de que deveriam desocupar os apartamentos, enfrentando a urgência em desocupar o prédio tendo em vista os graves problemas estruturais que ele apresenta, havendo risco de desabamento.

Dentre as estratégias usadas o Porta e Janela conduziu um levantamento socioespacial que contou com vistorias técnicas que constataram que há possibilidade de ser feita uma reforma tanto nas instalações de água quanto nas estruturas para evitar que o prédio venha a desabar. Organizou um documentário (Ferreira, 2024) acerca do histórico e da luta dos moradores do edifício Santa Luzia. Por fim, outras questões mais pontuais também foram trabalhadas como mutirão de limpeza, ações de sensibilização quanto ao saneamento, higiene e direito à moradia e sessão de cinema para as crianças, todas as ações sempre contando com a participação dos moradores, todas as questões partilhadas em debates, e momentos de escuta, centrando a atuação dos arquitetos como um mecanismo facilitador na autoafirmação das pessoas.

CONCLUSÕES

É importante retornar ao objetivo inicial de refletir sobre o pensar, o narrar e o fazer urbano. O ponto de partida foi o entendimento de que a colonialidade é a outra face da modernidade e que se estabeleceu, em grande parte, sobre o escravismo e o racismo, deixando suas marcas materializadas na desigualdade e na segregação socioespacial.

Como primeira aproximação o estudo de teóricos do Grupo Modernidade/Colonialidade, o qual compreende modernidade e colonialidade como um par teórico indissolúvel, (Ballestrini, 2013) partindo dessa premissa para analisar/ denunciar as estruturas de dominação dos países centrais sobre os povos que consideram subalternos.

Um comentário de Arturo Escobar[12] (2020) em entrevista, chamou a atenção

> Existe uma resistência indireta a esse pensamento crítico latino-americano, da teoria decolonial em particular. (...) a academia brasileira é, de certa forma, mais eurocêntrica, é mais orientada para a Europa, principalmente orientada para a França. (Escobar, 2020, p.52)

Lembrar dos trabalhos de Manoel Bonfim (2005), de Darcy Ribeiro (2022), entre outros, levava a pensar que, mesmo não filiados a grupos, sempre houve no Brasil um pensamento próprio. Nesse sentido a prioridade passou a ser o estudo o estudo de teóricos do urbanismo brasileiro, o primeiro Milton Santos.

A leitura de suas obras demonstrou que o pensamento de Milton Santos busca de maneira transgressora decolonizar o pensar no espaço em todas as suas faces, em sua totalidade. Analisando sua extensa obra vemos seu caráter primordial condutor de giros epistemológicos dentro da ciência a qual se dedicava, gerando impacto ao pensar no urbano brasileiro.

Dessa forma, ao promover descentralizações epistêmicas ele deve ser reconhecido por sua abordagem teórica única e profundidade analítica, o legado de Milton é antropofágico, decolonizador e antes de tudo, miltoniano.

No campo da arquitetura há já algum tempo em nossas discussões e leituras, encontramos a teoria decolonial na produção da arquitetura sofisticada que se orgulha de inserir no seu universo as origens, os traços da arquitetura dos povos originários e da arquitetura vernacular dos povos tradicionais. A escolha do Archdaily como lugar de nossa investigação buscava fazer uma primeira leitura do quanto a tão chamada arquitetura decolonial se fazia presente em um sítio de divulgação da arquitetura globalizada. A pequena quantidade de projetos que foram encontrados no último ano significa que a arquitetura decolonial não acontece? Acontece. O Sabemos pelos trabalhos apresentados nos Anais do Enanparq e do Enanpur, de revistas fora do glamour da arquitetura ainda produzida para a elite.

Assim, à guisa de conclusão é possível afirmar que essa discussão necessita de aprofundamento, mas que o reconhecimento de que há um caminho possível para mudanças nos coloca o dever de entender as novas metodologias, as novas teorias e práticas do urbanismo e da arquitetura. E divulgar os esforços que têm sido feitos na construção desses caminhos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago. In: ANDRADE, Oswald de. **Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias**: manifestos, teses de concursos e ensaios. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. p. 3-10.

ARCDAILY. https://www.archdaily.com.br/search/br.

BALLESTRIN, Luciana. **A América Latina e o giro decolonial**. *Revista Brasileira de Ciência*

12 Intelectual pertencente ao Grupo Modernidade/Colonialidade

Política, n. 11, p. 89-117, maio-ago. 2013.

ESCOBAR, A., e VERISSIMO, C. Arturo Escobar: projeto/ar como a cura da vida (entrevista). Redobra, n.15, ano 6, p.51-58,2020.

FERRO, Sérgio. O canteiro e o desenho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p. 1, 2017.

MINIDOCUMENTÁRIO Edifício Santa Luzia - Escritório Porta e Janela Direção: David Ferreira. Direção de fotografia David Ferreira. [S. l.: Escritório Porta e Janela, 2024. 1 vídeo (24 min). Publicado pelo canal Escritório Porta e Janela. Disponível em: https://youtu.be/cSMKYSiSMBU?si=w1_4sKHszzkkagCy. Acesso em: 25 jun. 2025.

REGROWING roots: Chaki Wasi market hall in Zumbahua, Ecuador by La Cabina de la Curiosidad. ("Ana Maria Duran Calisto, Author at The Architectural Review") *In*: **The Architectural Review**. 09 set. 2024. Disponível em: https://www.architectural-review.com/buildings/regrowing-roots-chaki-wasi-market-hall-in-zumbahua-ecuador-by-la-cabina-de-la-curiosidad. Acesso em: 16 abr. 2025.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 2009

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Mílton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.